RETROSPECTIVA 2020

Quando o assunto são as armas de fogo, muito ajuda quem não atrapalha

Ao revogar portarias do Exército, Bolsonaro demonstra que a prioridade é agradar colecionadores e quem se dedica ao hobby de perfurar alvos de papel, em vez de elucidar crimes exigindo a marcação padronizada para armas e munições

Ivan Marques
21 de abril 2020

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS

Arsenal encontrado com suspeito da morte da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro

Aprendi na convivência com policiais e bons gestores que confundir o que é estratégico, tático e operacional sempre resulta em desorganização e ações mal executadas. No caso da Segurança Pública, pode gerar mortes. Diz também a boa técnica legislativa que há hierarquia nas normas para que o direito possa se realizar na vida real. Que o que diz a Constituição como regra geral possa chegar à ponta da linha em ações concretas, por meio de leis, decretos e portarias. Serve também, na prática, para que o presidente da República ou o legislador no Congresso Nacional não gastem tempo e dinheiro público para discutir e definir pormenores.

Pois assim, no meio de uma semiparalisarão global por conta da pandemia da Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro resolveu imiscuir-se no campo operacional ao revogar três portarias do Exército que tratavam de regulamentar as atividades de fiscalização e controle de armas e munições no Brasil. As portarias respeitavam solicitações feitas pelo Ministério Público Federal (MPF) ainda em 2018, quando durante o governo Michel Temer realizou escrutínio na regulamentação infralegal que orienta as operações do Exército na área. Assim, ao editar a Portaria 46 em março, e as de número 60 e 61 na semana passada, o Comando de Logística do Exército (COLOG) somente respeitou seu acordo com o MPF e cumpriu o salutar exercício democrático de freios e contrapesos no cuidado com a coisa pública. Entretanto, assim como nos seus primeiros meses de mandato, quando desembestou-se a publicar decretos sobre armas e revogar irascivelmente as portarias, o presidente atropelou processo iniciado há dois anos e conseguiu atrapalhar os avanços pretendidos na necessária fiscalização no comércio de armas e munições no Brasil.

Não é desse governo que a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, responsável, entre outras coisas, por fiscalizar a fabricação, comércio e importação de armas e munições (além de explosivos e outros materiais sensíveis), vem tentando modernizar seus serviços e garantir mais eficiência à sua missão. De reformas físicas no posto de atendimento em Brasília, à digitalização de alguns procedimentos burocráticos, é inegável que esta repartição do COLOG vem tentando dar conta do aumento na demanda por novos registros de armas para Colecionadores, Atiradores e Caçadores. Ao publicar as portarias 46, 60 e 61, o órgão tentou modernizar-se, além de deixar claras as regras a serem cumpridas para a marcação de armas e munições. Também deixou mais objetivos os requisitos necessários para regularização deste material quando importado. Mais importante das três portarias, a 46 criava o Sistema Nacional de Rastreamento, consolidando normas e procedimentos já utilizados anteriormente e atendendo às solicitações do Ministério Público Federal.

O problema é que as portarias não agradaram uma das bases do presidente, orquestrada via redes sociais por seu filho Eduardo: os "CACs" (acrônimo de Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores). O grupo interpretou as portarias do COLOG como mais burocracia, principalmente à importação de armas. Afinal, aparentemente é mais importante acelerar os processos de compra de armas importadas do que garantir que as mesmas sejam rastreáveis em eventual investigação criminal. Ao presidente, parece que a prioridade nacional é agradar àqueles que se dedicam ao colecionismo ou ao hobby de perfurar alvos de papel à balas, e não elucidar crimes exigindo a marcação padronizada para armas e munições.

É verdade que não é de hoje o descontentamento deste grupo com a DFPC. Para muitos CACs, o Exército sempre foi considerado um empecilho burocrático, desnecessário para a obtenção de armas e munições. Afinal, para que controle, se são todos "cidadãos de bem"? São recorrentes as críticas públicas dirigidas ao órgão que, guardadas pontuais exceções, desde muitos anos tem dado de ombros aos seus detratores. Não foi assim desta vez.

> **Pior que a interferência direta na operabilidade do sistema do exército, a revogação promovida por Bolsonaro demonstra também sua incapacidade, ou desprezo, em avançar políticas de segurança pública**

Na prática, ao investir contra a marcação de armas e munições, o presidente Bolsonaro beneficia os CACs que querem importar armas com facilidade, um grupo que representa menos de 0,2% da população brasileira. Indiretamente, a supressão das regras colocadas nas portarias também favorece fabricantes de armas estrangeiros que querem uma fatia do mercado nacional, pois deixariam de submeter-se às regras brasileiras de marcação e rastreabilidade. Vale dizer que a indústria nacional já cumpre com as regras de marcação. No limite, e ainda mais preocupante, a inviabilização de um sistema forte de rastreamento de armas e munições, favorece o crime. É sempre bom lembrar que o assassinato de Marielle Franco, ou mesmo o homicídio que vitimou a juíza Patrícia Accioli, começaram a ser esclarecidos justamente pelo rastreamento de estojos de munição marcados deixados nas cenas dos crimes.

Outro ponto curioso é a ausência do ministro da Justiça e Segurança Pública nesse episódio. Onde está Sergio Moro quando o Palácio do Planalto manda e desmanda sobre armas de fogo? No país em que mais de 70% dos homicídios são cometidos a tiros, não há uma palavra sequer do titular da pasta que deveria zelar sobre o tema.

Por fim, não nos enganemos: Bolsonaro foi eleito sob a pauta do rearmamento da sociedade brasileira. Não seria razoável esperar que fosse aliado do controle de armas e promotor de medidas que melhorassem seu sistema inaugurado pelo Estatuto do Desarmamento em 2003. No entanto, sua insaciável busca por agradar CACs atinge em cheio outro pilar precioso de sua campanha, que é a melhoria da segurança pública. No caso das portarias do Exército, entretanto, parece haver outros interesses, ainda que não ditos pelo presidente, que favorecem importadores, indústria estrangeira e, por tabela, o crime organizado. Ainda sim, é mais um "tiro no pé" de um governo que patina em mostrar serviço no combate ao crime. Sobretudo, ao bancar o xerife de meras portarias, passa mais uma vez o recibo de líder inapto, que prefere fazer bravata no campo operacional ao invés de dedicar-se à estratégia.

Dita um princípio do direito que "quem pode o mais, pode o menos". Assim, o presidente tem todo o poder para solicitar a revogação das portarias que não o agradaram, ainda que ao meter-se nos atos do Comando de Logística do Exército tenha feito um desserviço à segurança pública e diminuído seu cargo. Neste caso, com a devida vênia aos brocardos jurídicos, o velho ditado popular me parece mais valioso: "muito ajuda quem não atrapalha".

https://www.fontesegura.org.br/retrospectiva-2020/no7ceroeko